

**MINUTA DE CONVÊNIO**  
**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES**



**CONVÊNIO Nº 05, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A CONFEDERAÇÃO  
BRASILEIRA DE MINAS TÊNIS  
CLUBE.**

A **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES/CBC**, inscrita no CNPJ sob nº 001728490001-42, com sede na Rua Açai, nº 566, Campinas, São Paulo, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada por seu presidente, o Senhor Jair Alfredo Pereira, brasileiro, casado, portador do RG nº 462046-1 e inscrito no CPF sob o nº 006.061.039-53 e por seu Diretor de Formação de Atletas Olímpicos e Paraolímpicos, o Senhor Fernando Manuel de Matos Cruz, brasileiro, casado, portador do RG nº 200.237.734-5, SSP/RS e inscrito no CPF sob o nº 252.673.100-34 e a Entidade de Prática Desportiva **MINAS TÊNIS CLUBE**, inscrita no CNPJ sob nº 17.217.951/0001-10, com sede Rua da Bahia, 2244 - Funcionários, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, doravante denominado **CONVENENTE**, representado pelo Presidente, Luiz Gustavo de Miranda Lage, brasileiro, casado, portador do M-745.705 – SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 295.831.526-68, resolvem celebrar o presente Convênio, regendo-se pelo Edital de Chamamento Interno de Projetos nº 01/2014, pelos princípios gerais da administração pública, pelo Regulamento de Descentralização de Recursos da CBC (IN nº 01, de 05/08/2013), pelo Regulamento de Compras e Contratações da CBC (IN nº 02, de 05/08/2013), pelo Regulamento do Cadastro Geral de Entidade de Prática Desportiva –EPD, filiada à CBC (IN nº 03, de 18/11/2013) e, no que couber, pela normatização que rege a celebração de convênios pela União, consoante o processo nº NLPCIP 01 /2014 00135 002 e NLPCON 01/2014 0135 002 07 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Convênio, decorrente do Edital de Chamamento Interno de Projetos nº 01/2014, tem por objeto denominado **“Infraestrutura para o desenvolvimento de atletas olímpicos para a modalidade de Ginástica Artística”**, por meio de aquisição e ampliação de materiais esportivos, a fim de contribuir para o treinamento, competição e a evolução dos atletas de Ginástica Artística do Minas Tênis Clube”, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS**

Integram este instrumento, independentemente de transcrição, as informações e documentos incluídos no Cadastro Geral de Entidades de Prática Desportiva Filiadas à CBC, o Plano de Trabalho e o Termo de Referência propostos pelo **CONVENENTE** e aprovados pela

*Abiana Kangel de Oliveira*  
OAB/MG 96.303  
Departamento Jurídico  
Minas Tênis Clube

CONCEDENTE, bem como toda a documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

**Subcláusula Única.** Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente da CONCEDENTE.





### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

São obrigações dos Partícipes:

#### I - DA CONCEDENTE:

- a) realizar os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, fiscalização, análise da prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de Tomada de Contas Especial;
- b) transferir ao CONVENIENTE os recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, de acordo com a disponibilidade financeira da CBC e o estabelecido no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
- c) acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto deste Convênio, comunicando ao CONVENIENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos ou a Ordem de Início concedida, fixando o prazo pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
- d) analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Convênio e do seu Plano de Trabalho;
- e) prorrogar de ofício a vigência do Convênio, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- f) analisar a prestação de contas relativa a este Convênio, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, no prazo de um ano, prorrogável por igual período, além de avaliar os resultados alcançados, inclusive no que diz respeito à qualidade dos produtos e serviços conveniados; e
- g) notificar o CONVENIENTE quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, instaurar Sindicância, se for o caso e, posteriormente comunicar o fato aos órgãos de controle para fins de eventual instauração de Tomada de Contas Especial, observado o disposto no Art. 27, parágrafo único do Regulamento de Descentralização de Recursos da CBC.



Abiana Rangel de Oliveira  
OAB/MG 96.303  
Departamento Jurídico  
Minas Gerais



# CBC

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES

## II - DO CONVENIENTE:

- a) executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência aprovados pela CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;
- b) aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio;
- c) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Convênio, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho e no Termo de Referência;
- d) elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir e manter atualizada toda documentação jurídica, fiscal e institucional necessária à inscrição e manutenção de seu registro no Cadastro Geral de Entidades de Prática Desportiva Filiadas à CBC e à celebração deste Convênio, de acordo com o Regulamento de Cadastro Geral de Entidades de Prática Desportiva – EPDs filiada à CBC, com o Regulamento de Descentralização de Recursos da CBC e com os normativos e diretrizes do Programa de Formação de Atletas Olímpicos e Paraolímpicos da CBC;
- e) apresentar as certificações e declarações necessárias, emitidas pelas Entidades de Administração do Desporto nacionais e/ou regionais, bem como os documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações emitidos pelos órgãos ou entidades da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos do Edital de Chamamento Interno da CBC e da legislação aplicável, quando for o caso;
- f) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica do projeto e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos internos da CBC, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pelos beneficiários, quando detectados pela CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;
- g) submeter à CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, observadas as vedações relativas à execução das despesas e o prazo de 30 (trinta) dias, anteriores à alteração;
- h) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta específica, aberta em instituição financeira oficial federal, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do objeto conveniado, observadas as vedações constantes neste instrumento e os normativos internos da CBC relativos à execução das despesas;
- i) submeter-se ao Regulamento de Descentralização de Recursos e ao Regulamento de Compras e Contratações da CBC, no cumprimento do objeto deste convênio;



*Abiana Rangel de Oliveira*  
OAB/MG 96.303  
Departamento Jurídico  
Minas Tênis Clube

j) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor;

k) manter arquivados e organizados, em processo formal e específico, todos os atos e os procedimentos relativos à execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de Tomada de Contas Especial do Convênio, quando couber, apresentando e atualizando regularmente as informações e os documentos exigidos pelo Regulamento de Cadastro Geral de Entidades de Prática Desportiva Filiada à CBC;

l) oferecer a relação dos beneficiados pela execução do objeto, informando o número da Carteira de Identidade, o número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física/CPF e endereço dos mesmos, reportando à CONCEDENTE sempre que houver alterações. Caso o beneficiário ainda não esteja inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas, deverá ser informado o número do CPF de um dos seus pais, tutor, curador ou responsável pela guarda em virtude de decisão judicial.

m) estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos;

n) manter em sua guarda, organizados em ordem cronológica, todos os comprovantes das despesas realizadas, para encaminhá-los posteriormente à CONCEDENTE, observando-se os procedimentos e prazos descritos no Regulamento de Descentralização de Recursos da CBC;

o) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

p) facilitar a supervisão e a fiscalização pela CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar acompanhamento *in loco* e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio e dos contratos celebrados em seu âmbito; assim como as informações e documentos relacionados com a sua inscrição no Cadastro Geral de Entidades de Prática Desportiva Filiadas à CBC;

q) permitir o livre acesso dos colaboradores e dirigentes da CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo da União, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

r) apresentar o relatório de execução físico-financeira e a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento e no Regulamento de Descentralização de Recursos da CBC;

s) recolher à conta da CONCEDENTE os rendimentos de aplicações financeiras referentes ao período entre a liberação do recurso e a sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na execução do objeto;

t) apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério da CONCEDENTE, sujeitando-se, no



Abiana Rangel de Oliveira  
OAB/MG 96.303  
Departamento Jurídico

caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Convênio;

u) responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Convênio, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

v) assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação da CONCEDENTE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Convênio e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pela CONCEDENTE, apor a marca da CBC nos informes relacionados ao convênio, divulgados na imprensa e em seu sítio eletrônico, nos equipamentos, materiais esportivos e uniformes adquiridos, assim como nas placas, painéis e *outdoors* de identificação dos projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Convênio, consoante o disposto nas normas internas da CBC;

w) manter, até o final da vigência do convênio, rigoroso controle sobre a guarda e utilização dos equipamentos, uniformes e materiais esportivos adquiridos, de forma a comprovar a sua devida destinação;

x) realizar o inventário dos equipamentos adquiridos com recursos do convênio, identificando-os com a marca da CONCEDENTE, consoante o disposto nas normas internas da CBC e responsabilizar-se pela manutenção, conservação e reposição dos mesmos, em caso de eventual extravio ou inutilização;

y) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades do Programa de Formação de Atletas Olímpicos e Paraolímpicos da CBC;

z) assim como:

1. manter a CONCEDENTE informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização;
2. permitir à CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo da União, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Convênio;
3. ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na execução deste convênio, dar ciência à CONCEDENTE e aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime, cientificar o Ministério Público;



*Abiana Rangel de Oliveira*  
OAB/MG 96.303  
Departamento Jurídico  
Minas Tênis Clube

4. garantir a manutenção da sua capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades; e
5. informar tempestivamente à CONCEDENTE toda e qualquer alteração na titularidade de seus dirigentes, bem como qualquer outro fato que possa, ainda que indiretamente, repercutir na execução do convênio;



#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

Este Termo de Convênio terá vigência de um ano, contado a partir da sua assinatura e publicação no portal oficial de internet da CONCEDENTE, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo, por solicitação do CONVENENTE devidamente fundamentada e formulada, no mínimo, 30 dias antes do seu término.

**Subcláusula Única.** A CONCEDENTE prorrogará “de ofício” a vigência deste Termo de Convênio, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DA ORIGEM DOS RECURSOS

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados **em R\$ 626.493,00 (seiscentos e vinte e seis mil, quatrocentos e noventa e três reais)**, constituem receita da CBC, em virtude do que dispõe o art. 56, §10 da Lei nº 9.621/1988, conforme redação dada pela Lei nº 12.395/2011 e serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros descritos na Cláusula Sexta serão repassados pela CONCEDENTE ao CONVENENTE, em parcela única, mediante depósito na **Conta Corrente nº 00002609-9, Agência nº 1533, Operação nº 003, Banco Caixa Econômica Federal - Código nº 104**, aberta em nome do CONVENENTE especificamente para esse fim e vinculada ao presente ajuste.

**Subcláusula Primeira.** Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade financeira da CBC, a partir da ‘Ordem de Início’ para o atendimento dos beneficiários do Convênio e em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado.

**Subcláusula Segunda.** A Ordem de Início de que trata a **Subcláusula Primeira** será liberada pela Diretoria Técnica da CONCEDENTE, desde que reste comprovada a inexistência de quaisquer pendências financeiras ou documentais por parte do CONVENENTE junto ao Cadastro Geral de Entidades de Prática Desportiva filiadas à CBC;

*Abiana Kangel de Oliveira*  
OAB/MG 96.303  
Departamento Jurídico

**Subcláusula Terceira.** A Ordem de Início poderá ser suspensa, até a correção das impropriedades constatadas, quando:

I - não houver comprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, constatada pela CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo da União;

II - for verificado o desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas e fases programadas, inobservância do Regulamento de Compras e Contratações da CBC, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio; e

III - for descumprida, injustificadamente pelo CONVENENTE, cláusula ou condição do Convênio.

**Subcláusula Quarta** – Durante o período em que perdurar a suspensão da Ordem de Início, fica expressamente vedada a realização de quaisquer despesas pelo CONVENENTE com recursos do convênio.

**Subcláusula Quinta.** Os recursos deste Convênio, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados pelo CONVENENTE em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos verificar-se em prazos menores que um mês.

**Subcláusula Sexta.** As receitas das aplicações financeiras somente poderão ser aplicadas no objeto do Convênio, mediante anuência prévia da CONCEDENTE, estando sujeitas às mesmas condições de prestação de contas.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS E DAS VEDAÇÕES

O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**Subcláusula Primeira.** É vedado ao CONVENENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

I - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio e no Plano de Trabalho;

II - realizar despesa e efetuar pagamento em data anterior ou posterior à vigência do instrumento;

III - alterar o objeto do convênio, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto conveniado e desde que autorizado pela CONCEDENTE;



Abiana Rangel de Oliveira  
OAB/MG 96.303  
Departamento Jurídico  
Mina Tênis Clube

IV - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica;

V - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pela CONCEDENTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VI - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

VII - realizar despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, e nas quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de dirigentes e desde que previstas no Plano de Trabalho.

VIII - transferir recursos liberados pela CONCEDENTE, no todo ou em parte, para associações de servidores ou quaisquer órgãos ou entidades que não figurem como partícipes do presente Termo;

IX - celebrar contrato com entidades ou empresas impedidas de receber recursos federais;

X - enviar na prestação de contas notas fiscais ou faturas rasuradas, ou em nome de terceiros, ou com prazo de emissão expirado, ou com descrição de produtos ou serviços fora do ramo de atividade da empresa contratada; e

XI - utilizar os recursos do convênio para arcar com despesas administrativas da Entidade.

**Subcláusula Segunda.** Os contratos celebrados à conta dos recursos deste convênio deverão conter cláusula que obrigue o contratado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os colaboradores da CONCEDENTE e dos órgãos de controle vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo da União.

**Subcláusula Terceira.** Os atos referentes à movimentação dos recursos depositados na conta específica deste Convênio serão realizados formalmente e arquivados em processo específico, sendo que os pagamentos deverão ser efetuados pelo CONVENENTE mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço.

**Subcláusula Quarta.** Antes da realização de cada pagamento, o CONVENENTE deverá registrar nos autos que instruem o processo de formalização, execução e prestação de contas deste convênio, no mínimo, as seguintes informações:

I - a destinação do recurso;

II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;

III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;

IV - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento; e



Abiana Karzel de Oliveira  
OAB/MG 96.303  
Departamento Jurídico  
Minas Tênis Clube



V - a comprovação do recebimento definitivo do bem ou serviço contratado, mediante atesto em notas fiscais ou documentos contábeis, quando for o caso.

**Subcláusula Quinta.** As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do CONVENENTE, devidamente identificados com o número deste Convênio, mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, para posterior remessa à CONCEDENTE.

**Subcláusula Sexta.** Os documentos originais das despesas deverão permanecer à disposição dos órgãos de controle interno e externo dos Poderes Executivo e Legislativo da União, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação da prestação de contas, conforme disposto no Regulamento de Descentralização de Recursos da CBC.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

O CONVENENTE deverá executar diretamente a integralidade do objeto, permitindo-se a contratação de serviços de terceiros quando houver previsão no Plano de Trabalho ou em razão de fato superveniente e imprevisível, devidamente justificado, e desde que aprovado pela CONCEDENTE.

**Subcláusula Primeira.** Quando for necessária a aquisição de bens e contratação de serviços pelo CONVENENTE, o Convenente se obriga a observar o Regulamento de Compras e Contratações da CBC, bem como os princípios gerais da Administração Pública, mediante declaração expressa de seu dirigente máximo.

**Subcláusula Segunda.** Durante o procedimento de contratação realizado pelo CONVENENTE, deverão ser especialmente observados os seguintes aspectos:

I - contemporaneidade das cotações de preços;

II - compatibilidade dos preços do fornecedor selecionado com os preços de mercado;

III - enquadramento do objeto conveniado com o efetivamente contratado; e

IV - fornecimento de declaração expressa, firmada pelo representante máximo do CONVENENTE, sob as penas do art. 299 do Código Penal, atestando que as contratações de terceiros atenderam ao Regulamento de Compras e Contratações da CBC e aos princípios da Administração Pública.

**Subcláusula Terceira.** Nos contratos celebrados entre o CONVENENTE e terceiros, para a execução do objeto do presente Convênio, é vedada a previsão de serviços, compras, alienações, locações ou qualquer outro conteúdo estranho ao previsto no Plano de Trabalho, sob pena de adoção das medidas previstas neste instrumento e na legislação de regência.

**Subcláusula Quarta.** Além das obrigações descritas na Cláusula Quarta, item II do presente ajuste, compete ainda ao CONVENENTE:



*Abiana Rangel de Oliveira*  
OAB/MG 96.303  
Departamento Jurídico  
Minas Gerais

I - fazer constar dos contratos celebrados com terceiros, tendo por finalidade a execução deste Convênio, cláusula que obrigue o contratado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto pactuado, para os colaboradores da CONCEDENTE e dos órgãos de controle vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo da União, a fim de que, no exercício de suas atribuições, exerçam atividades de acompanhamento e fiscalização da execução do projeto;

II - fazer constar dos contratos celebrados com terceiros, que a responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços fornecidos é da empresa ou outra entidade contratada para essa finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado;

III - exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o Contrato celebrado com terceiros; e

IV - assegurar que o atesto das faturas somente ocorra após a comprovação da efetiva prestação dos serviços, mediante identificação precisa do que foi executado, com descrição ou especificação dos produtos e sua quantidade.

#### CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO

Este Convênio poderá ser alterado, através da formalização de Termo Aditivo, mediante proposta do CONVENIENTE devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à CONCEDENTE para análise e decisão, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término da vigência, vedado o desvirtuamento da natureza do objeto pactuado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Constitui prerrogativa da CONCEDENTE exercer o acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho, de forma suficiente para garantir a plena execução física do objeto.

**Subcláusula Primeira.** No exercício das atividades de fiscalização e acompanhamento da execução do objeto, a CONCEDENTE poderá:

I - valer-se do apoio de terceiros;

II - delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade;

**Subcláusula Segunda.** Constatadas irregularidades na execução deste Convênio ou impropriedades de ordem técnica, a CONCEDENTE notificará o CONVENIENTE para sanear a situação ou prestar informações e esclarecimentos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**Subcláusula Terceira.** Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, a CONCEDENTE apreciará e decidirá quanto à aceitação das justificativas apresentadas.



*Abiana Rangel de Oliveira*  
OAB/MG 96.303  
Departamento Jurídico  
Minas Tênis Clube

Aceitando-as, fará constar nos autos do processo a justificativa prestada e dará ciência do fato aos órgãos de controle vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo da União.

**Subcláusula Quarta.** Findo o prazo fixado para a adoção de providências e a apresentação de esclarecimentos, sem a regularização ou aceitação das justificativas ofertadas, a instância responsável pela gestão do Convênio solicitará à Diretoria Executiva da CBC que realize a apuração do dano e comunicará o fato ao CONVENENTE para que seja ressarcido o valor respectivo, sob pena de instauração de Sindicância pela CBC e Tomada de Contas Especial.

**Subcláusula Quinta.** A CONCEDENTE comunicará aos órgãos de controle vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo da União qualquer irregularidade da qual tenha tomado conhecimento e, havendo fundada suspeita da prática de crime ou de ato de improbidade administrativa, cientificará o Ministério Público;

**Subcláusula Sexta.** De modo a evitar a descontinuidade das ações, a CONCEDENTE tem a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela gestão dos recursos para outra entidade, quando:

I – constatar que as ações estão paralisadas ou a ocorrência de fato relevante, superveniente à celebração do convênio.

II – concluir, durante as atividades de fiscalização, acompanhamento e avaliação do convênio, que o CONVENENTE não comprovou:

- a) a boa e regular aplicação dos recursos, na forma das normas e regulamentos aplicáveis;
- b) o recebimento, instalação e inventário dos equipamentos adquiridos;
- c) a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho, e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- d) a regularidade e atualização das informações registradas no Cadastro Geral de Entidades de Prática Desportiva filiadas à CBC; e
- e) o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nos prazos e condições estabelecidas.

**Subcláusula Sétima.** Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da CONCEDENTE e dos órgãos de controle vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo da União, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros transferidos pela CONCEDENTE e dos rendimentos obtidos em aplicações no mercado financeiro consiste no procedimento de acompanhamento sistemático que conterà elementos que permitam verificar, sob os aspectos



de  
Abiana Rangel de Oliveira  
OAB/MG 96.303  
Departamento Jurídico  
Minas Tênis Clube

técnicos e financeiros, a execução integral do objeto do convênio e o alcance dos resultados previstos.

**Subcláusula Primeira.** A prestação de Contas deverá ser apresentada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do término da vigência do Convênio, na forma estabelecida pelo Capítulo X do Regulamento de Descentralização de Recursos da CBC.

**Subcláusula Segunda.** A prestação de contas deverá ser apresentada por meio de comunicação formal encaminhada pelo CONVENIENTE à CONCEDENTE, acompanhada dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros que vierem a ser dispostos pela Diretoria da CBC, caso assim o recomende o interesse público:

- I – cópia do Plano de Trabalho;
- II – cópia do Termo de Convênio;
- III – relatório técnico da execução do objeto do convênio;
- IV – relatório de execução físico-financeira, circunstanciando o desempenho das atividades do convênio pactuado;
- V – relatório de execução da receita e da despesa e relação de pagamentos efetuados no período de cobertura do relatório;
- VI – comprovação da aplicação financeira dos recursos;
- VII – cópia do extrato de conta bancária específica do período correspondente, acompanhada da conciliação do saldo bancário;
- VIII – relação dos bens patrimoniais duráveis adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos transferidos;
- IX – comprovação do recolhimento dos recursos não utilizados, na conta da CBC, quando for o caso;
- X – relação dos beneficiados pela execução do objeto, informando o número da Carteira de Identidade, o número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física- CPF e o endereço dos mesmos. Caso o beneficiário ainda não esteja inscrito no Cadastro de Pessoas Física, deverá ser informado o número do CPF de um dos seus pais, tutor, curador ou responsável pela guarda em virtude de decisão judicial.
- XI - notas e comprovantes fiscais indicando o número do convênio, atentando-se para os seguintes aspectos: data do documento, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos efetuados, valor, aposição de dados do conveniente;
- XII - declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;
- XIII - termo de compromisso assinado pelo CONVENIENTE, no qual conste a afirmação de que os documentos relacionados ao convênio, serão guardados pelo prazo de 10 (dez) anos após a data de aprovação da prestação de contas.



*Abiana Rangel de Oliveira*  
OAB/MG 96.303  
Departamento Jurídico  
Minas Tênis Club

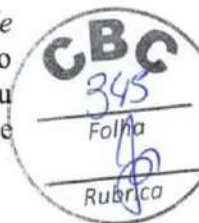
**Subcláusula Terceira.** Nos casos das contratações realizadas por meio de *Processo de Aquisição*, conforme determina o Regulamento de Compras e Contratações da CBC, o CONVENIENTE deverá enviar, ainda, cópias da publicação do processo de aquisição em seu sítio eletrônico, bem como os originais dos termos de adjudicação e homologação, juntamente com a seguinte documentação:

- I – instrumentos de contrato firmado, se houver;
- II – orçamentos apresentados pelos participantes do processo seletivo;
- III – edital do processo seletivo divulgado;
- IV – ata da comissão que julgou o processo de aquisição;
- V – comprovante de divulgação do proponente vencedor;
- VI – comprovação de regularidade das empresas contratadas perante a Secretaria da Receita Federal – SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, do Ministério da Fazenda, bem como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- VII – comprovação de regularidade das empresas contratadas perante o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, bem como Certidão Negativa de Débitos – CND atualizada, e, se for o caso, também a regularidade quanto ao pagamento das parcelas mensais relativas aos débitos renegociados;
- VIII – comprovação de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS das empresas contratadas, fornecida pela Caixa Econômica Federal;
- IX – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ das empresas contratadas, com o mesmo ramo de atividade do bem ou serviço contratado;
- X – demais documentos que comprovem a boa e regular aplicação dos recursos, de acordo com a legislação vigente.

**Subcláusula Quarta.** Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, a CONCEDENTE estabelecerá o prazo máximo de 10 (dez) dias para sua apresentação, ou devolução dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais desde a data do recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos com a Fazenda Nacional.

**Subcláusula Quinta.** O CONVENIENTE deverá ser notificado previamente sobre as irregularidades apontadas na análise da prestação de contas, via notificação eletrônica por meio do endereço eletrônico informado no Cadastro Geral de Entidades de Prática Desportiva – EPDs filiadas à CBC. Caso não seja possível a notificação eletrônica, a notificação prévia será feita por meio de carta registrada com declaração de conteúdo, devendo a notificação ser inserida no Cadastro Geral de Entidades de Prática Desportiva – EPDs filiadas à CBC.

**Subcláusula Sexta.** Se, ao término do último prazo estabelecido, o CONVENIENTE não apresentar a prestação de contas e nem devolver os recursos, a CONCEDENTE registrará a



*Abiana Rangel de Oliveira*  
OAB/MG 96.303  
Departamento Jurídico  
Minas Tênis

inadimplência em seu sítio eletrônico na *internet*, por omissão do dever de prestar contas, instaurará Sindicância e, posteriormente, se o resultado da sindicância assim o recomendar, comunicará o fato aos órgãos de controle vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo da União, instaurando Tomada de Contas Especial além da adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário.

**Subcláusula Sétima.** A CONCEDENTE deverá registrar no seu sítio eletrônico na *internet* o recebimento da prestação de contas, cuja análise será feita no encerramento do Convênio com base na documentação encaminhada pelo CONVENIENTE, não se equiparando a auditoria contábil, e terá por fim atestar ou não a conclusão da execução física do objeto, bem como a verificação dos documentos relacionados no Capítulo X do Regulamento de Descentralização de Recursos da CBC.

**Subcláusula Oitava.** A CONCEDENTE terá o prazo de um ano, prorrogável por igual período mediante justificativa, contado da data da sua apresentação, para analisar conclusivamente a prestação de contas, com fundamento nos pareceres técnico e financeiro expedidos pelas áreas competentes. O eventual ato de aprovação da prestação de contas deverá ser registrado no sítio eletrônico mantido pela CONCEDENTE, mediante declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

**Subcláusula Nona.** Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a CONCEDENTE registrará o fato no seu sítio eletrônico na *internet* e adotará as providências necessárias à instauração de Sindicância, observando o art. 29, §2º do Regulamento de Descentralização da CBC e, em seguida, de Tomadas de Contas Especial, com posterior encaminhamento do processo aos órgãos de controle para os devidos registros de sua competência.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas não devidamente utilizadas na execução do objeto do Convênio, serão devolvidos à CONCEDENTE, mediante depósito na **Conta Corrente nº 00002501-7, Agência nº 0296, Operação nº 003, Banco Caixa Econômica Federal - Código nº 104** no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de Sindicância e deliberação quanto à possível instauração de Tomada de Contas Especial.

**Subcláusula Única** – A restituição dos valores transferidos, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais desde a data do recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos com a Fazenda Nacional, deverá ser providenciada pelo CONVENIENTE nos seguintes casos:

- I – quando não for executado o objeto pactuado;
- II - quando não forem apresentadas, nos prazos exigidos, as prestações de contas; ou



*de*  
*de*  
Abiana Kangel de Oliveira  
OAB/MG 96.303  
Departamento Jurídico  
Minas Tênis Club

III – quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DENÚNCIA**

O presente convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.



#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO**

Independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, o presente Convênio poderá ser rescindido em razão do descumprimento de quaisquer das suas cláusulas, e, em especial, nas seguintes hipóteses:

I - utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou em desatendimento à legislação vigente;

II – não apresentação de relatórios de execução físico-financeira e de prestação de contas nos prazos estabelecidos;

IV – razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela CONCEDENTE;

V - constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; e

VI - a verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

**Subcláusula Primeira.** A rescisão do Convênio, quando resulte dano ao erário, enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.

**Subcláusula Segunda.** A apuração de irregularidades cometidas pelo CONVENENTE poderá ensejar as medidas consignadas nos capítulos XII e XIII do Regulamento de Descentralização de Recursos da CBC.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS BENS REMANESCENTES**

Todos os bens patrimoniais que vierem a ser adquiridos ou produzidos com recursos descentralizados pela CONCEDENTE, no âmbito deste Convênio, serão patrimoniados pelo CONVENENTE e permanecerão sob a sua guarda e responsabilidade, vinculados ao objeto pactuado nesse convênio.

**Subcláusula Primeira.** A critério do Presidente da CBC, os bens remanescentes adquiridos ou produzidos com recursos deste Convênio poderão ser doados ao CONVENENTE quando, após o cumprimento do objeto, forem necessários para assegurar a continuidade de Programa de Formação de Atletas Olímpicos e Paraolímpicos da CBC, mediante processo formal e celebração de Termo de Doação, em caráter oneroso, observadas as condições dispostas no



*Abiana Rangel de Oliveira*  
OAB/MG 96.303  
Departamento Jurídico  
Minas Tênis C1

respectivo Termo, bem como o disposto no artigo 36 do Regulamento de Descentralização da CBC.

**Subcláusula Segunda.** Com vistas ao cumprimento desta Cláusula, o CONCEDENTE deverá registrar os bens em sistema próprio de controle de bens patrimoniais e realizar o inventário anual dos mesmos.

**Subcláusula Terceira.** O inventário de Bens Patrimoniais a ser realizado pelo CONVENENTE, após aprovado pela CONCEDENTE, integrará a prestação de contas do Convênio.

**Subcláusula Quarta.** Os bens patrimoniais que vierem a ser adquiridos ou produzidos em razão deste Convênio constituem garantia real em favor da CONCEDENTE, em montante equivalente aos recursos destinados ao CONVENENTE, válida até a depreciação integral do bem, aplicando-se a reversão patrimonial quando houver desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos, conforme o disposto nas normas de regência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Convênio ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação no sítio eletrônico mantido pela CONCEDENTE.

**Subcláusula Primeira.** A CONCEDENTE registrará em seu sítio eletrônico da *internet* os atos de celebração, alteração e aprovação de contas deste convênio.

**Subcláusula Segunda.** O CONVENENTE obriga-se a disponibilizar, por meio da *internet*, consulta a este Convênio, bem como aos extratos das contratações realizadas para a execução do objeto pactuado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regularmente efetuadas, quando realizadas por intermédio de correio eletrônico ou correspondência postal registrada, com aviso de recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via *fax*, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias;

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados; e

IV - todas as exigências inerentes ao cumprimento deste convênio deverão ser supridas formalmente, através da regular instrução processual.



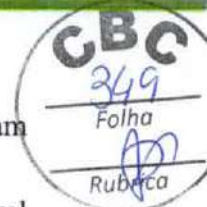
*Abiana Rangel de Oliveira*  
OAB/MG 96.303  
Departamento Jurídico  
Minas Tênis Clube



### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Convênio, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Campinas/SP.

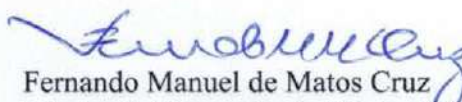
E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.



Campinas, <sup>30</sup> de dezembro de 2014.



Jair Alfredo Pereira  
Presidente da CBC



Fernando Manuel de Matos Cruz  
Diretor de Formação de Atletas Olímpicos e Paraolímpicos da CBC



Fabiana Kangel de Oliveira  
OAB/MG 96.303  
Departamento Jurídico  
Minas Tênis Clube



# CBC

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES



*Luiz Gustavo de Miranda Lage*

Luiz Gustavo de Miranda Lage  
Presidente do Minas Tênis Clube

Testemunhas:

*Marlus A. Magalhães*

MARLOS A. MAGALHÃES - CPF 113.167056/68

*Crystal de Macedo da Cruz Torfario*  
CRYSTAL DE MACEDO DA CRUZ TORFARIO.  
CPF: 120.326.082-31

*Abiana Rangel de Oliveira*  
Abiana Rangel de Oliveira  
OAB/MG 96.303  
Departamento Jurídico  
Minas Tênis Clube



**PLANO DE TRABALHO  
DADOS CADASTRAIS DA ENTIDADE PROPONENTE (ANEXO II)**

**CBC**  
226  
Folha

<b>Entidade Proponente:</b> Minas Tênis Clube		<b>CNPJ:</b> 17.217.951/0001-10 <i>Rubrica</i>	
<b>Endereço:</b> Rua da Bahia, 2244 - Funcionários			
<b>Cidade:</b> Belo Horizonte	<b>UF:</b> Minas Gerais	<b>CEP:</b> 30.160-012	
<b>DDD/Telefones (com e cel):</b>	<b>Home page:</b>	<b>E-mail:</b>	
<b>Dirigente:</b> Luiz Gustavo de Miranda Lage	<b>Identidade/Órgão Expeditor:</b> M-745.705 SSP/MG	<b>CPF:</b> 295.831.526-68	<b>Estado Civil:</b> casado
<b>Cargo/Função:</b> Presidente	<b>DDD/Telefones (com e cel):</b> 31-3516-1063	<b>E-mail:</b> kellyson@minasc.com.br	
<b>Endereço Residencial:</b> Rua Florida, 289 apto 301 Sion			
<b>Cidade:</b> Belo Horizonte	<b>UF:</b> Minas Gerais	<b>CEP:</b> 30.310-710	

**1.2. RESPONSÁVEL TÉCNICO**

<b>Responsável pelo Projeto:</b>		<b>Identidade/Órgão Expeditor:</b>	<b>CPF:</b>
<b>Nome:</b> kellyson Saigado Gomes		11274688 SSP/MG	058.065.686-10
<b>E-mail:</b> kellyson@minasc.com.br			(31) 3516-1063

**1.3. OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES PARTICIPES**

<b>Nome:</b>	<b>CNPJ:</b>
<b>Endereço:</b>	<b>Cidade:</b>
<b>DDD/Telefones:</b>	<b>UF:</b>
<b>Home page:</b>	<b>CEP:</b>
<b>E-mail:</b>	

**1.4. DESCRIÇÃO DO PROJETO**

<b>Título:</b> PROJETO INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATLETAS OLÍMPICOS PARA A GINÁSTICA ARTÍSTICA	<b>Duração (dd/mm/aa):</b>
	<b>Início</b> data de assinatura
	<b>Término</b> 12 meses
	<b>Vigência</b> 12 meses

**Identificação do Objeto:**

O Projeto "INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATLETAS OLÍMPICOS PARA A GINÁSTICA ARTÍSTICA" apresenta como objetivo principal ampliar a aquisição de equipamentos esportivos a fim de contribuir para o treinamento, competição e a evolução dos atletas de Ginástica Artística do Minas Tênis Clube.

**Área de abrangência do Projeto:**

Nacional (  ) Regional (  ) Estadual (  ) Municipal (  )

**Justificativa da Proposição:**

O investimento detalhado no esporte é considerado fator crucial para o alcance do sucesso esportivo internacional. O Comitê Olímpico Brasileiro (COB) já vem realizando, entre outras ações, um acompanhamento individualizado em cerca de 200 atletas, com a oferta de suporte em várias áreas das Ciências do Esporte, tais como fisiologia, psicologia, nutrição, cinemática, biomecânica e fisioterapia entre outras, além de maior apoio às equipes técnicas dos atletas (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2013).  
O esporte é uma atividade de crescente interesse para a sociedade e um campo propício para a inovação tecnológica. Essa via de mão dupla é ainda mais atraente diante dos grandes eventos que ocorrerão no Brasil nos próximos anos como os Jogos Olímpicos e Paralímpicos e diversos eventos preparatórios.  
O desenvolvimento e utilização de materiais e equipamentos esportivos encontram suporte nas ciências aplicadas ao esporte. O atual estágio do conhecimento científico permite prever uma série de novos caminhos para melhorar o desempenho do atleta e dos materiais que poderão auxiliá-lo, existindo, portanto, uma estratégia completa para melhorar o desempenho esportivo e prevenir os processos lesivos decorrentes do excesso de treinamento.  
As vantagens na utilização de recursos científicos e tecnológicos não são restritas apenas a equipamentos e acessórios. Uma das muitas coisas que os atletas precisam aprender é ter consciência exata de como se movem e como isso afeta a técnica de seus esportes específicos. Assim, uma habilidade fundamental para atletas é desenvolver a percepção e consciência de seu movimento e como se ligam para melhorar seu desempenho (NYLANDER, 2014). O entendimento da especificidade no treinamento, por exemplo, diminuiu grandemente os processos lesivos decorrentes do excesso de treinamento e otimizou o desempenho no esporte.  
O avanço tecnológico é um importante aliado na validação de técnicas e permite, sobretudo, a demonstração de resultados mais precisos e reprodutíveis (RODACKI, 2006). Desta forma, observa-se que diversas evoluções tecnológicas na área da Ginástica Artística têm contribuído não só para a melhoria das condições de segurança do treinamento, bem como no aperfeiçoamento do treinamento de atletas de alto rendimento, culminando na constante elevação do nível deste esporte, como observado nas últimas edições dos jogos olímpicos. Um exemplo claro disto está na biomecânica, que utiliza processos tecnológicos avançados para o refinamento da técnica e do desempenho de alto rendimento e, também, na análise de movimentos cotidianos, presentes nas mais diversas atividades desenvolvidas. Além disso, essa área do conhecimento auxilia na prevenção e diminuição dos índices de lesão no esporte de alto rendimento tornando-se indispensável, uma vez que um atleta não lesionado tem a possibilidade de treinar com toda a sua capacidade e, consequentemente, atingir seu melhor desempenho.  
As competições desportivas são estruturadas (organizadas, dirigidas e realizadas) de tal forma que os objetivos dos competidores sejam assegurados. A unificação de ações competitivas, as condições de execução e os métodos de avaliação dos resultados, a regulamentação do comportamento dos competidores, segundo os princípios da concorrência não antagonista, e a incorporação oficial no sistema de ações desportivas determinam a gradação dos resultados desportivos (GOMES, 2009).  
A utilização de recursos tecnológicos no esporte torna possível a treinadores obter, analisar e integrar informações e recursos de maneira eficiente e efetiva para aperfeiçoar o treinamento físico, técnico e tático de um número maior de atletas, de forma individualizada (LIEBERMANN, 2001).  
Para que as equipes tenham um crescimento técnico é fundamental, além dos treinamentos diários, que participem de campeonatos e intercâmbios para que os atletas se motivem, obtenham experiência e possam testar suas habilidades esportivas. A Ginástica Artística tem uma demanda específica de competições, que utilizam equipamentos padronizados e regulamentados pela Federação Internacional de Ginástica (FIG). Além disso, as competições permitem a visualização do crescimento do desempenho do atleta, e se torna mais um parâmetro na readequação do treinamento de forma a maximizar o rendimento.  
Assim, para o treinamento e desenvolvimento esportivo do atleta da Ginástica Artística, é necessário que os equipamentos utilizados sejam padronizados conforme descrito acima. A Federação Internacional, buscando constante aprimoramento tecnológico, regulamentou novos equipamentos para competições oficiais após a realização das Olimpíadas de 2012.  
Para tanto, a aquisição adequada de materiais e equipamentos esportivos para a Ginástica Artística, a fim de dar suporte aos atletas, profissionais do esporte (técnicos e equipe multidisciplinar) e indiretamente envolvidos (gestores das modalidades), influencia a prática esportiva de maneira significativa permitindo uma preparação mais qualificada dos atletas e melhores resultados em competições nacionais e internacionais.  
Diante do exposto, justifica-se o investimento por meio do "Projeto Infraestrutura para o Desenvolvimento de Atletas Olímpicos para a Ginástica Artística", a fim de contribuir para a evolução dos atletas da modalidade Ginástica Artística do Minas Tênis Clube, que tem ênfase na aquisição de recursos materiais fundamentais ao desenvolvimento do desempenho esportivo do atleta em toda sua abrangência. Os equipamentos são imprescindíveis visto que para se atingir o ápice o desempenho esportivo o ginasta deve treinar no local e ambiente que propicie as condições que serão enfrentadas nas competições.

**GIANNA LEPRE PERIM**  
Gerente de Projetos

## 1.5. CAPACIDADE TÉCNICA-OPERACIONAL DA ENTIDADE PROPONENTE

O Minas Tênis Clube é uma associação civil sem fins econômicos, que tem por finalidade proporcionar aos seus sócios, titulares e dependentes lazer, esporte, educação e entretenimentos físico, cívico e artístico-cultural e organizada sob uma forma de condomínio. Diferentemente de uma sociedade empresária, não existe a figura de um acionista controlador. Conforme norma estatutária, o órgão maior é a Assembleia Geral dos Sócios, com objetivos claros definidos no Estatuto. Dentre estes objetivos, está a competência para eleger parte do Conselho Deliberativo. Este Conselho, também, tem suas competências definidas no Estatuto e, dentre elas, a de eleger a Diretoria. Este é o primeiro patamar de liderança, constituído pela Assembleia Geral dos Sócios, pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria.

Conselho Deliberativo:

- Presidente Sérgio Bruno Zech Coelho
- Vice-presidente: Murilo Eustáquio Santos Figueiredo

Diretoria:

- Presidência: Luiz Gustavo de Miranda Lage
- Vice-presidência: Paulo Emílio Lima Carreiro
- Diretoria Financeira: Fábio Mascarenhas Alves
- Diretoria Secretária: Carlos Henrique Martins Teixeira

Diretores Gerais:

- Diretor de Cultura: Sílvia Rubião Resende
- Diretor de Educação: Flávia Rodrigues Rohlfis
- Diretor Jurídico: Paulo Fernando Cintra de Almeida
- Diretor de Marketing: Gustavo Zech Coelho
- Diretor de Esporte: Ricardo Vieira Santiago
- Diretor de Esportes de Obras: José Orlando A. Teixeira Júnior
- Diretor de Operações: Gil Marcos de Araújo Silva
- Diretor de Recreação e Lazer: Marcelo Maria de Souza
- Diretor de Social: Pacifico Mascarenhas

Subordinado à Diretoria, há a Superintendência Geral, as Gerências Executivas e demais órgãos. Este é o segundo patamar de liderança.

Os atletas do Minas Tênis Clube têm grande histórico de competições nacionais e internacionais. Tradicionalmente a Ginástica Artística tem formado atletas com resultados internacionais. Nos jogos olímpicos de 1984, em Los Angeles, o Minas foi representado por Gerson Gnoatto. Outros atletas com resultados expressivos internacionalmente foram Nabil de Andrade, Rogério Ferreira e Luiz Felipe Funchal. Atualmente Victor Rosa, 3º lugar no Campeonato Sul americano Adulto no Solo 2013 e Felipe Arakawa, Vice-Campeão Brasileiro Adulto nas Paralelas 2013, fazem parte da Seleção Brasileira de Ginástica Artística.

Desde 2005 o Minas Tênis Clube celebra convênios com o Governo Federal tendo como objetivo principal a formação e o desenvolvimento de atletas olímpicos. Os seguintes projetos já foram executados pelo Clube:

2005

- Implantação do Centro de Excelência de Judô e o Núcleo de Desenvolvimento do Talento Esportivo no Minas Tênis Clube – Convênio 212/2005;
- Implantação do Núcleo Esportivo de Base de Ginástica Olímpica – Convênio nº 250/2005, convênio junto ao Ministério do Esporte;
- Execução dos Testes do Programa de Descoberta do Talento Esportivo em Crianças de Minas Gerais – Convênio nº 252/2005, convênio junto ao Ministério do Esporte;

\*Desde o final de 2008, através do Portal SICONV, acontece a celebração e liberação de recursos, o acompanhamento da execução e a prestação de contas firmados com recursos transferidos voluntariamente pela União.

2009

- Implantação de Núcleo de Categoria de Base nas modalidades de Ginástica Artística e de Trampolim – Convênio nº 724612/2009, convênio junto ao Ministério do Esporte;

2011

- Aquisição de equipamentos e material esportivo para o desenvolvimento das equipes competitivas do Minas Tênis Clube visando representar com excelência o país nas Olimpíadas Rio 2016 – Convênio 761295/2011 firmado com o Ministério do Esporte;

2012

- Projeto Informar para Formar o Atleta Olímpico: desenvolver e aperfeiçoar as competências do profissional do esporte e dar suporte aos atletas e pais para o desenvolvimento pleno de atletas de alto rendimento - Convênio 776040/2012 firmado com o Ministério do Esporte;
- Aquisição de materiais esportivos e tecnológicos a fim de contribuir para a evolução dos atletas do Minas Tênis Clube visando a excelência brasileira nas Olimpíadas Rio 2016 – Convênio 777878/2012, firmado com o Ministério do Esporte;
- Desenvolvimento de Atletas Olímpicos para a Ginástica Artística - Minas Tênis Clube - Rio 2016 - Convênio 793945/2013 - aquisição do Solo Moscow certificado pela Federação Internacional de Ginástica. Convênio firmado com o Ministério do Esporte.

Em 2013 o Governo do Estado de Minas Gerais criou a Lei nº 20.824 que concede incentivo fiscal com o objetivo de estimular a realização de projetos esportivos no Estado. Em 2014 o MTC teve quatro projetos aprovados:

2014

- Projeto: Formação e Desenvolvimento de Atletas do Basquete para o Alto Rendimento apresentado por Minas Tênis Clube – Protocolo nº 193/2014;
- Projeto: Desenvolvimento de Atletas da Ginástica Artística e da Ginástica de Trampolim para o Alto Rendimento apresentado por Minas Tênis Clube – Protocolo nº 236/2014;
- Projeto: Desenvolvimento de Atletas do Tênis para o Alto Rendimento apresentado por Minas Tênis Clube – Protocolo nº 166/2014;
- Projeto: Formação e Desenvolvimento de Atletas para o Alto Rendimento no Voleibol Feminino Competições apresentado por Minas Tênis Náutico Clube – Protocolo nº 230/2014;

O Minas Tênis Clube (MTC) também tem experiência com a Lei de Incentivo ao Esporte. Iniciamos nossa trajetória aprovando dois projetos, em dezembro de 2007. Comprovando nossa força como referência esportiva nacional, no final de dezembro de 2008, mais dois projetos do Clube foram aprovados. Nos anos seguintes 2009, 2010, 2011 e 2012, o MTC continuou tendo projetos aprovados para qualificação de atletas e profissionais ligados ao esporte.

Em 2013 foram aprovados pelo Ministério do Esporte, a proposta de dois projetos que hoje encontram-se em fase inicial de execução.

- Projeto Formação e Desenvolvimento de Atletas Por Meio da Integração das Ciências Do Esporte, traz o objetivo de promover o treinamento, aprimoramento e desenvolvimento técnico e humano dos atletas, por meio de uma prática metodológica padronizada, considerando-se parâmetros científicos, nas modalidades futsal masculino, ginástica artística, ginástica de trampolim, tênis, natação e voleibol masculino do Minas Tênis Clube.
- Projeto Olímpico Natação - Minas Tênis Clube Rio 2016: com a aprovação desse projeto, continuarão a ser proporcionadas melhores condições técnicas e de infraestrutura para que os nadadores do MTC consigam desenvolver plenamente o seu potencial nas Olimpíadas Rio 2016. Esse projeto vem custear recursos humanos, benéficos para os atletas, competições nacionais e taxas esportivas.

PROJETOS JÁ EXECUTADOS:

- Projeto Formação e Desenvolvimento de Atletas por Meio da Integração das Ciências do Esporte: seu objetivo consiste em promover o treinamento, aprimoramento e desenvolvimento técnico e humano dos atletas, por meio de uma prática metodológica padronizada, considerando-se parâmetros científicos, nas modalidades basquetebol e futsal masculino, ginástica artística, ginástica de trampolim, judô, tênis, natação e voleibol masculino e feminino do Minas Tênis Clube. Esse projeto foi aprovado inicialmente em 2010 para ser executado a partir de 2011. No ano seguinte, o projeto continuou investindo na formação de atletas. Mais recentemente, aprovamos e executamos o projeto de vigência 01/07/2013 a 31/05/2014.
- Projeto Árvore Da Vida – Esportes: o projeto visou proporcionar aos moradores de Betim (MG) a prática esportiva, orientada por profissionais capacitados, de forma a criar um ambiente de inclusão social e aprendizado. Este foi o objetivo principal do projeto Árvore da Vida – Esportes, aprovado pelo Ministério do Esporte na Lei Federal de Incentivo ao Esporte e executado pelo Minas, com recursos da Fiat. A partir de 1º de fevereiro de 2013, 800 jovens e crianças, de 8 a 18 anos das comunidades Jardim Petrópolis contaram com a oportunidade de praticar as modalidades de basquete, futsal, judô, natação e voleibol.
- Projeto Olímpico De Natação – Minas Tênis Clube – Rio 2016: seu objetivo consiste em proporcionar melhores condições técnicas e de infraestrutura para que 40 nadadores das categorias Júnior II e Sênior do Minas Tênis Clube consigam desenvolver plenamente o seu potencial, a fim de atingirem o ápice da sua forma física, técnica e psicológica nas Olimpíadas Rio 2016. Além disso, ele vem investir na capacitação de treinadores e de profissionais das áreas de saúde, na utilização de modernos equipamentos e no intercâmbio para os mais avançados centros de treinamento nacionais e internacionais. Enquanto projeto de continuidade, com duração de seis anos, suas ações vêm sendo desenvolvidas pelo Minas com recursos destinados pela Fiat através da Lei Federal de Incentivo ao Esporte. O primeiro projeto teve início em 2011 e foi executado até 2012. No ano seguinte, o projeto continuou investindo nos 40 atletas, público desse projeto. Mais recentemente, o último projeto foi aprovado e executado, com vigência o período de 2013/2014.
- Nice – Núcleo de Integração das Ciências Do Esporte: o objetivo principal desse projeto, de vigência biênio 2009/2010, foi promover o treinamento, aprimoramento e desenvolvimento técnico e humano dos atletas, por meio de uma prática metodológica padronizada, considerando-se parâmetros científicos, nas modalidades basquetebol e futsal masculino, ginástica artística, ginástica de trampolim, judô, tênis, natação e voleibol masculino e feminino do Minas Tênis Clube.
- Projeto Formação de Atletas: também no biênio 2009/2010, foi executado o projeto "Formação de Atletas", sendo uma sequência dos projetos aprovados no final de 2007 e desenvolvidos ao longo de 2008. Ele teve foco na formação de atletas para as equipes de base mineiristas em oito modalidades esportivas: basquete e futsal masculino, ginástica artística e de trampolim, judô, natação, tênis e vôlei masculino e feminino e na garantia das melhorias nas condições técnicas e de infraestrutura oferecidas aos atletas, além de possibilitar a participação do Clube em várias competições municipais, estaduais e internacionais.
- Projeto Formação De Atletas: esse projeto teve como objetivo detectar, desenvolver e formar novos talentos esportivos, trabalhando com jovens entre 6 e 21 anos. O Clube forneceu toda a infraestrutura técnica e esportiva necessária para o desenvolvimento das categorias de base das modalidades de basquete e futsal masculino.
- Projeto Formação De Equipe Da Ginástica Artística: projeto, iniciado em 2008 e finalizado em 2009, que focou na detecção e desenvolvimento de novos talentos esportivos de jovens entre 6 a 16 anos. O Clube forneceu toda a infraestrutura técnica e esportiva necessária para a formação de equipes masculinas e femininas de alto rendimento nas categorias: pré-infantil (7 a 10 anos), infantil (11 a 14 anos) e juvenil (14 a 16 anos).

Autenticação

16/12/2014  
DATA

Luiz Gustavo de Miranda Lage  
Diretor Presidente  
Minas Tênis Clube

GIANNIA LEPRE PERIM  
Gerente de Projetos



PLANO DE TRABALHO  
PLANO DE APLICAÇÃO (ANEXO III)

1. Nome do Clube (entidade proponente): Minas Tênis Clube

DADOS DO PROJETO

PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO	META(S)	ETAPA(S)	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		PERÍODO DE EXECUÇÃO	
				Unidade	Quantidade	Início	Término
DETALHAMENTO DAS DESPESAS		1	Aquisição de Material Esportivo* (incluindo os Uniformes)	diversos		data da assinatura	12 meses
		2.	Aquisição de Equipamentos*	diversos		data da assinatura	12 meses
		3.	Aquisição de Equipamentos de uso comum*	diversos		data da assinatura	12 meses
				DESPESAS CUSTEIO		TOTAL	
		ETAPA(S)		Concedente	Proponente		
		1		R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
		2.		R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 626.493,00
		3.		R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00
		<b>TOTAL GERAL:</b>		<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 626.493,00</b>		<b>R\$ 626.493,00</b>

\*Correspondente à soma de todas as modalidades.

\*\*Ver detalhamento no item 7.1.3. Etapas do projeto (cronograma de trabalho) do Projeto.

Autenticação

16/12/2014

DATA

Luiz Gustavo de Miranda Lage  
Diretor Presidente  
Minas Tênis Clube

GIANNA LEPRE PERIM  
Gerente de Projetos





PLANO DE TRABALHO  
DETALHAMENTO DA AÇÃO POR MODALIDADE (ANEXO IV)

2. Exercício: 2014 até 2015

1. Nome do Clube (entidade proponente): Minas Tênis Clube

MODALIDADE: GINÁSTICA ARTÍSTICA

ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE (unidade, par ou kit)	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
					Concedente	Proponente
1.	AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO					
	<i>não se aplica</i>				R\$ 0,00	R\$ 0,00

A. TOTAL PARCIAL:

MODALIDADE: GINÁSTICA ARTÍSTICA

1.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO (UNIFORMES)

ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE (unidade, par ou kit)	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
					Concedente	Proponente
	<i>não se aplica</i>				R\$ 0,00	R\$ 0,00
B. TOTAL PARCIAL:					R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL (A+B):					R\$ 0,00	R\$ 0,00

Autenticação

16/12/2014

DATA

Luiz Gustavo de Miranda Lage  
Diretor Presidente  
Minas Tênis Clube

Gianna Lepre Perim  
Gerente de Projetos





PLANO DE TRABALHO  
DETALHAMENTO DA AÇÃO POR MODALIDADE (ANEXO V)

2. Exercício: 2014 até 2015

1. Nome do Clube (entidade proponente): Minas Tênis Clube

MODALIDADE: GINÁSTICA ARTÍSTICA

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE (unidade, par ou kit)	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
				Concedente	Proponente
<b>1. Etapa 1: Aquisição de equipamento.</b>					
Barrote para paralela assimétrica	UNID	2	R\$ 3.188,00	R\$ 6.376,00	R\$ 0,00
Barrote de paralela masculina	PAR	2	R\$ 4.480,00	R\$ 8.960,00	R\$ 0,00
Argola com cabo para suspensão	UNID	2	R\$ 4.395,00	R\$ 8.790,00	R\$ 0,00
Cogumelo sem alça de 100 cm de diâmetro	UNID	2	R\$ 4.395,00	R\$ 8.790,00	R\$ 0,00
Cogumelo borrachudo sem alça de 60 cm de diâmetro	UNID	2	R\$ 1.543,00	R\$ 3.086,00	R\$ 0,00
Colchão de chegada 200 x 200 x 10 cm	UNID	3	R\$ 4.276,00	R\$ 12.828,00	R\$ 0,00
Esteira de corrida - Ginástica	UNID	2	R\$ 17.264,00	R\$ 34.528,00	R\$ 0,00
Colchão de chegada para fosso - 400 x 200 x 10 cm	UNID	4	R\$ 6.222,00	R\$ 24.888,00	R\$ 0,00
Paralela Masculina oficial com sistema de transporte	UNID	1	R\$ 37.783,00	R\$ 37.783,00	R\$ 0,00
Colchão de lançamento 125x175x14cm	UNID	8	R\$ 3.936,00	R\$ 31.488,00	R\$ 0,00
Sistema com Cubos de espuma para o fosso 20x20	UNID	8000	R\$ 8,20	R\$ 65.600,00	R\$ 0,00
Mesa de salto trampolim Moskow 5 - oficial feminino	UNID	2	R\$ 5.415,00	R\$ 10.830,00	R\$ 0,00
Mesa de salto trampolim Moskow 8 - oficial masculino	UNID	2	R\$ 5.676,00	R\$ 11.352,00	R\$ 0,00
Colchões oficiais FIG de 300 X 200 X 20 cm	UNID	22 *	R\$ 7.421,00	R\$ 163.262,00	R\$ 0,00
Colchões oficiais FIG de 200 X 200 X 20 cm	UNID	20	R\$ 6.035,00	R\$ 120.700,00	R\$ 0,00
Mesa de Salto Ergojet adaptada para o Fosso	UNID	1	41.285,00	R\$ 41.285,00	R\$ 0,00
Trave de Equilíbrio	UNID	1	R\$ 12.257,00	R\$ 12.257,00	R\$ 0,00
Cavalo com Alças	UNID	1	R\$ 18.743,00	R\$ 18.743,00	R\$ 0,00
Aço de barra a prova de ruptura	UNID	1	R\$ 4.947,00	R\$ 4.947,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL GERAL:</b>				<b>R\$ 626.493,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Autenticação

16/12/2014  
DATA

Luiz Gustavo de Miranda Lage  
Diretor Presidente  
Minas Tênis Clube

GIANNA LEPRE PERIM  
Gerente de Projetos





PLANO DE TRABALHO  
DETALHAMENTO DA AÇÃO POR MODALIDADE (ANEXO VI)

1. Nome do Clube (entidade proponente): Minas Tênis Clube

2. Exercício: 2014 até 2015

EQUIPAMENTOS DE USO COMUM

ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE (unidade, par ou kit)	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
					Concedente	Proponente
3.	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE USO COMUM					
	<i>não se aplica</i>				R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL:					R\$ 0,00	R\$ 0,00

Autenticação  
16/12/2014  
DATA

*Luiz Gustavo de Miranda Lage*  
Luiz Gustavo de Miranda Lage  
Diretor Presidente  
Minas Tênis Clube

*Gianina Lepre Perim*  
GIANINA LEPRE PERIM  
Gerente de Projetos



*[Handwritten signature]*





PLANO DE TRABALHO  
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO (ANEXO VII)

Cronograma de Desembolso - 2014		Cronograma de Desembolso - 2015															
Etapas	Participle	Parcelas (R\$)															
		Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov				
1, 2 e 3	Concedente	R\$ 626.493,00															
	Total	R\$ 626.493,00															
Total																	626.493,00

\*O repasse ocorrerá em 2 (duas) parcelas, sendo a 1ª na assinatura do convênio e a 2ª no prazo previsto para a conclusão dos procedimentos de aquisição dos materiais esportivos e equipamentos, de acordo com o Regulamento de Compras da CBC.

Vigência 12 meses

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
**GIANINA LEPRE PERIM**  
 Gerente de Projetos - Diretoria Técnica  
 CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CLUBES

*[Handwritten signature]*

